

Projeto aprovado cria Política Estadual de Barreiras de Segurança nas rodovias fluminenses

No âmbito do Legislativo estadual, há um conjunto de normas para buscar conter a ação criminosa nas estradas fluminenses, com ações para reprimir o tráfico de armas e drogas, furtos e roubo de carros e de carga, entre outros tipos de crime. A mais recente iniciativa foi a aprovação do projeto de lei 835/15, que cria a chamada Política Estadual de Barreiras de Segurança nas rodovias- normas para fiscalizar, monitorar e proteger as vias que cortam o Estado do Rio de Janeiro.

Aprovado em segunda discussão, o projeto segue para avaliação do governador Luiz Fernando Pezão, que terá 15 dias úteis para sancionar ou vetar.

O projeto prevê a realização de operações integradas entre diferentes forças de segurança, como a Polícia Militar e a Polícia Rodoviária, para reprimir crimes. Também prevê o desenvolvimento de programas e ações de inteligência, ampliação dos postos de fiscalização, entre outras ações. A proposta autoriza o Executivo a criar um batalhão de controle de divisas do estado e uma delegacia especializada em repressão a armas e explosivos.

O aumento recorrente do roubo de cargas nas rodovias fluminenses prejudica fortemente comerciantes e empresas. Apenas os Correios tiveram um crescimento de 20% de casos de roubos a caminhões, comparando os cinco primeiros meses de 2017 e de 2016.

Para o presidente da Comissão de Trabalho da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), deputado Paulo Ramos (PSol), as forças de segurança precisam atuar de forma integrada para reduzir os elevados índices de violência no estado

Uma das estruturas que ajudam nessa colaboração é o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) da Seseg, que, desde 2013, trabalha com o setor de estratégia e planejamento, de onde resultam operações concretas. De acordo com o coordenador do Centro, delegado Aldrin da Rocha, a iniciativa é composta por 15 instituições de segurança e mobilidade urbana da cidade do Rio, do estado e da União. Ele explicou que os Correios podem participar do grupo, por meio de assento do Sindicato de Empresas de Transporte de Cargas (Sindcargas). "Nesse espaço, temos instituições vivendo e convivendo todo o dia. O Sindcargas unifica interesses, mas isso não inviabiliza um diálogo direto com os Correios", disse.

Essa ação conjunta deverá se ater ao fato de que, segundo o delegado Marcelo Prudente, da Polícia Federal (PF), o roubo de cargas está intimamente associado ao tráfico de drogas e armas. Ele explicou que, no âmbito estadual, a Polícia Civil tem delegacias específicas para esses crimes e que a PF também se dedica ao tráfico de armas e aos roubos de cargas. "Tendo em vista que esses crimes são desenvolvidos pelos mesmos grupos, é importante que as instituições estejam integradas para que possamos fazer uma repressão uniforme", explicou.

Cargas. De acordo com os Correios, a empresa teve, em 2016, R\$ 14 milhões em prejuízos com ações civis por conta do roubo das correspondências. No mesmo ano, foram investidos R\$ 20 milhões em segurança. Além do aumento no número de cargas roubadas nos cinco primeiros meses, o assalto às agências cresceu 67% no mesmo período.

O diretor regional da empresa, Cleber Machado, contou que, no mês passado, uma carga com 3.200 encomendas foi roubada a caminho do aeroporto. Entre os itens, estavam os mais diversificados pertences, como passaportes, remédios e escrituras. "Era uma entrega que iria para todos os estados e até outros países. Quando uma carga dessas é roubada, o cidadão é o maior prejudicado", disse. Ele disse, ainda, há certos locais em que os carteiros "correm risco de vida" porque são ameaçados a fornecer informações sobre as cargas. Também esteve presente a deputada Martha Rocha (PDT), presidente da Comissão de Segurança.

Fonte: CNseg, em 23.06.2017.